



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**EXMO. SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE TURISMO E DESPORTO
DA CÂMARA DOS DEPUTADOS.**

REQUERIMENTO Nº , de 2012.

Do Deputado VICENTE CÂNDIDO,
propondo exame da matéria a que se
refere, conforme a respectiva
justificação.

Nos termos regimentais, requero a Vossa Excelência que submeta ao exame dessa Comissão de Turismo e Desporto, de preferência em conjunto com a Comissão de Viação e Transporte, ao presidente da qual também será o assunto requerido por mim, a matéria referida na Justificação deste, relativa à situação atual da aviação civil no Brasil.

Sala da Comissão, em 08 de maio de 2012.

Deputado **VICENTE CÂNDIDO.**

JUSTIFICAÇÃO

Venho a V. Exa. para lhe submeter e, ao final, requerer o que segue.

É do conhecimento geral a grave situação da aviação civil brasileira. Matéria do Estadão sobre o assunto trouxe a opinião do presidente da Associação de Pilotos e Proprietários de Aeronaves, George William Sucupira, que classificou como caótica a situação atual de nossa aviação civil. Para ele, não “há uma política para o setor, mesmo depois da criação da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC). É preciso que se tome uma atitude hoje.”. Essa avaliação foi feita em audiência pública realizada pela Subcomissão Temporária da Aviação Civil (CISTAC). Nessa ocasião, afirmou, ainda, que o governo deve colocar em prática uma política voltada para a aviação geral, abrangendo, portanto, aquela que não é, necessariamente, operada pelas Forças



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Armadas ou por companhias aéreas. Disse mais, o Sr. Sucupira, que vários países ajudam a aviação geral, mas o Brasil, além de não ajudar, ainda cobra um absurdo de taxas do setor. Para ele, “nós não temos problemas com a Copa do Mundo, temos problemas com o nosso dia a dia.

Já o diretor da Aerogovernabilidade da Anac, Cláudio Passos Simão, disse que é um “desafio fazer uma política para o setor. É um desafio para todos nós”.

Para o atual presidente da CISTAC, Senador Vicentinho Alves, precisamos ter “um panorama completo, eficiente e técnico não apenas para estas demandas, mas também sobre as oficinas de manutenção; a formação de mão de obra; a indústria aeronáutica; o desenvolvimento da malha aeroportuária; a política de céus abertos, que vem sendo aprimorada pela Organização da Aviação Civil Internacional desde a década de 40/50 e que prevê a abertura comercial dos céus; as alterações do Código Brasileiro de Aeronáutica, dentre outros pontos”. Destacou, ainda, o Senador Vicentinho: “numa cidade como Los Angeles, do porte de São Paulo, operam mais de 20 aeroportos e em Miami seis de grande porte. Quantos aeroportos serão criados nas próximas décadas? Haverá apenas aeroportos *concessionados* ou poderão existir terminais de passageiros cem por cento privados? O governo precisa estudar todas essas demandas que se não solucionadas prenunciam um risco de um caos incontornável”.

Por seu lado, o nosso colega, Deputado Federal José Stédile, tendo participado de uma audiência pública nessa Comissão, juntamente com as Comissões de Fiscalização Financeira e Controle e de Defesa do Consumidor, para analisar a presente situação de nossa aviação comercial, ele que é presidente da Subcomissão de Acompanhamento dos Investimentos em Aeroportos da Câmara dos Deputados, informou que os demais parlamentares daquela Subcomissão estão acompanhando os preparativos para a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Para ele, entre as alternativas a serem propostas não está descartado um aumento da participação do capital estrangeiro na aviação comercial brasileira para países que ofereçam reciprocidade de permissão em investimentos e também o aumento do limite de participação do capital de cada empresa interessada, o que contribuiria para termos aeroportos mais eficientes e melhor administrados, viabilizando também um aumento dos recursos para obras e melhorias estruturais.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

O quadro de problemas piora a cada dia que passa. No ano passado, as empresas concorrentes TAM e GOL totalizaram um prejuízo de R\$1,045 bilhão. O valor de mercado reduziu-se significativamente, numa queda conjunta de mais de R\$11 bilhões, desde 2007. Segundo se informa na imprensa, dentre as principais causas estão a guerra tarifária no mercado doméstico e a disparada dos preços do querosene de aviação, que se elevou em 23,7%. Além disso, como sabido, a alta carga tributária que atinge o setor como um todo.

A gravidade da situação afeta, sobretudo, a oferta de voos e a redução do pessoal de bordo, com reflexo na própria segurança do transporte aéreo. A GOL, por exemplo, segundo se noticia, já teria obtido autorização da ANAC para corte de comissários de bordo, “o que indica problemas e instabilidade”, de acordo com avaliação de Gelson Dagmar Fochesato, presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas (SNA). De sua parte, a TAM vem internacionalizando seu capital, como demonstra o seu processo de fusão com a LAN.

Esta conjuntura está a exigir a ampliação do fórum de discussão e proposição relativos aos respectivos problemas e soluções. Não basta o governo federal ter criado a Secretaria Nacional de Aviação Civil. Não basta que ANAC restrinja o exame e as propostas de solução no seu âmbito de atuação. É pouco. Chegou a hora de o Congresso Nacional envolver-se no assunto a fim de, rapidamente, diagnosticarmos os problemas e propormos as soluções cabíveis, nos termos de necessárias e urgentes políticas públicas para o setor, cuja importância não cabe salientar, pois é de intuitiva percepção. Trata-se de algo crucial para o comércio, para o turismo e para o exercício do próprio direito de ir e vir.

Assim, é o presente para que essa Comissão de Turismo e Desporto, preferencialmente em conjunto com a Comissão de Viação e Transporte, promova uma ampla e produtiva discussão da matéria, para o que seriam convidadas as principais autoridades diretamente interessadas, além de outras que esse colegiado vier a indicar, como sendo o presidente da ANAC, da INFRAERO, ministros da Secretaria de Aviação Civil, do Turismo, da Defesa, da Fazenda, do Desenvolvimento Econômico, presidentes de entidades sindicais nacionais, representantes das empresas nacionais e regionais de aviação, Secretário da Receita Federal do Brasil, governadores dos Estados, que deverão ser ouvidos sobre a carga tributária incidente e outros.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sala da Comissão, em

Deputado VICENTE CÂNDIDO
(PT-SP)

Deputado ARTHUR OLIVEIRA MAIA
(PMDB/BA)

Deputado OTÁVIO LEITE
(PSDB/RJ)

Deputado WASHINGTON REIS
(PMDB/RJ)